

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para auditoria independente contábil nas prestações de contas hospitalares, ambulatoriais de atenção básica e atenção especializada, incluindo análise financeira dos contratos e aditivos n.º 06-001/2017 e n.º 06-002/2023, formalizados entre o Município de Barão de Cocais e o Instituto Social Mais Saúde, Contratos n.º 08-006/2021, n.º 01-006/2022, n.º 10-017/2023, n.º 05-017/2021, n.º 01-005/2022, n.º 11-002/2023 e n.º 03-003/2023, formalizados entre o Município de Barão de Cocais e a Instituição de Cooperação do Médio Paraopeba – ICISMEP; Contrato n.º 11-006/2023, formalizado entre o Município de Barão de Cocais e a APAS – Associação de Proteção e Amparo a Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
01	<p>Auditoria independente contábil nas prestações de contas hospitalares, ambulatoriais de atenção básica e atenção especializada, incluindo análise financeira dos contratos n.º 06-001/2017 e n.º 06-002/2023 – Instituto Social Mais Saúde, contratos n.º 08-006/2021, n.º 01-006/2022, n.º 10-017/2023, n.º 05-017/2021, n.º 01-005/2022, n.º 11-002/2023 e n.º 03-003/2023 – Instituição de Cooperação do Médio Paraopeba – ICISMEP, contrato n.º 11-006/2023 – APAS – Associação de Proteção e Amparo a Saúde e seus aditivos. A prestação dos serviços incluirá capacitação dos fiscais e gestores do contrato, visando assegurar o adequado acompanhamento das atividades auditadas e o correto entendimento dos resultados obtidos. A empresa deverá elaborar relatórios analíticos e relatório final conclusivo sobre documentos e procedimentos internos e externos das entidades auditadas.</p> <p>Com relação ao Contrato de Gestão nº 06-001/2017 e aditivos, formalizado entre o Município e o Instituto Social Mais Saúde, a auditoria deverá ser feita na parte remanescente</p>	1	Serviço	SIGILOSO	SIGILOSO



	dos serviços de auditoria contábil, realizado pela empresa Lage e Lage Auditores e Consultores Associados – EPP, conforme Contrato nº 03-004/2022.				
--	--	--	--	--	--

1.1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.2. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas no contrato.

1.1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **Contratos n.º 06-001/2017 e n.º 06-002/2023 – Instituto Social Mais Saúde**

2.1. Através do Processo de Dispensa nº 42/2017, a Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, firmou o Contrato de Gestão nº 06-001/2017, na data de 01 de junho de 2017, com o Instituto Social Mais Saúde, entidade privada sem fins lucrativos, qualificado como Organização Social da Saúde, para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Municipal Waldemar das Dores.

2.2. Em 12 de dezembro de 2019 foi celebrado o 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 06-001/2017, tendo como objeto a assunção do gerenciamento operacional da Unidade de Pronto Atendimento UPA, anexo ao Hospital Municipal Waldemar das Dores, pelo Instituto Social Mais Saúde.

2.3. Em 17 de março de 2022 a Prefeitura Municipal de Barão de Cocais firmou o Contrato n.º 03-004/2022, com a empresa Lage e Lage Auditores e Consultores Associados – EPP, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para auditoria independente nas prestações de contas hospitalares e financeiras do Contrato de Gestão nº 06-001/2017 e aditivos.

2.4. Assim, a empresa Lage e Lage Auditores e Consultores Associados – EPP analisou a documentação do período de 01/06/2017 a 31/05/2022, com emissão de seu relatório final.



2.5. Destarte, com a manutenção da prestação dos serviços pelo Instituto Mais Saúde até a data de 28/11/2023, ficou descoberto o período remanescente, a partir de 31/05/2022, do controle da auditoria da supracitada empresa Lage e Lage.

2.6. Cumpre destacar que o Contrato 06-001/2017 teve seu termo na data de 31/05/2023, posto que foi realizada, em caráter emergencial, a Dispensa nº 05/2023, com o Instituto Social Mais Saúde, em face das repercussões judiciais do Chamamento Público nº 001/2023.

2.7. Celebrou-se novo Contrato nº 06-002/2023, na data de 15/06/2023, com vigência de 04 (quatro) meses ou até a conclusão do procedimento de Chamamento Público nº 01/2023.

2.8. O Chamamento Público nº 01/2023 encontrava-se sobrestado desde outubro/2023, em razão de discussão judicial manejada em sede de Mandado de Segurança pelo próprio Instituto Social Mais Saúde.

2.9. Com relação ao período sem cobertura contratual, de 01/06/2023 a 15/06/2023, foi aberto procedimento para reconhecimento de dívida, por meio da Portaria n.º 274, de 11 de julho de 2023.

## **Contrato nº 11-006/2023 - APAS Associação de Proteção e Amparo a Saúde**

2.10. Através do Processo de Dispensa nº 18/2023, a Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, firmou o Contrato de Gestão nº 11-006/2023, com vigência até 20/05/2024, com APAS Associação de Proteção e Amparo a Saúde, na data de 20 de novembro de 2023, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde, incluindo equipamentos, insumos e outros no Hospital Municipal Waldemar das Dores (HMWD) e na Unidade de Pronto Atendimento Luiz Alberto Pinto Coelho (UPA 24 horas).

2.11. Referido Contrato foi prorrogado, para completude dos 12 (doze) meses autorizados pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em regime emergencial, com vigência até setembro/2024.

## **Contrato n.º 08-006/2021 - Contrato n.º 01-006/2022 - Contrato n.º 10-017/2023 - Contrato n.º 05-017/2021 - Contrato n.º 01-005/2022 - Contrato n.º 11-002/2023 - Contrato n.º 03-003/2023 - ICISMEP Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Piracicaba.**

2.12. O Contrato n.º 08-006/2021, o Contrato n.º 01-006/2022 e o Contrato n.º 10-017/2023 referem-se ao Centro de Especialidades Médicas (CEM), celebrados com o ICISMEP, consórcio do qual o Município de Barão de Cocais é consorciado, na forma da lei.



2.13. O Contrato n.º 05-017/2021, o Contrato n.º 01-005/2022 e o Contrato n.º 11-002/2023 referem-se às Unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESB), celebrados com a ICISMEP.

2.14. O Contrato n.º 03-003/2023 refere-se ao Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I), celebrado com a ICISMEP.

2.15. A Constituição Federal prevê no seu artigo 241 a gestão associada de serviços públicos através dos consórcios públicos.

2.16. A Lei Federal nº 8.080/90, no seu artigo 10, autoriza os municípios constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

2.17. A Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pela Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

2.18. Dessa forma, buscando racionalização de custos, amplitude da assistência à saúde e acesso qualificado, a Secretaria Municipal de Saúde adota o Contrato de Programa como forma de oferta desses serviços pelo consórcio ICISMEP, do qual é consorciado.

2.19. Os consórcios são um modelo consolidado que tem se mostrado altamente eficaz, oferecendo uma solução integrada para suprir a demanda crescente por atendimentos médicos e diagnósticos.

2.20. Essa abordagem permite a otimização de recursos e a oferta de um serviço completo, abrangendo desde a marcação das consultas até a realização dos exames e cirurgias, garantindo uma experiência mais ágil e satisfatória aos usuários. O modelo de consórcio de saúde demonstra ser uma solução eficiente para enfrentar esse desafio, agilizando o processo de agendamento, minimizando as filas de espera e garantindo a realização dos procedimentos de forma adequada e no tempo necessário.

## **Unidades de Estratégia de Saúde da Família**

2.21. A Prefeitura Municipal de Barão de Cocais firmou o Contrato de Prestação de Serviços n.º 05-017/2021 com a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos nas 10 (dez) Unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF's, em 26 de maio de 2021.

2.22. Posteriormente, na data de 03/01/2022, foi celebrado um novo Contrato de Prestação de Serviços n.º 01-005/2022 com o ICISMEP, mantendo-se o objeto de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas nas 10 (dez) unidades de Estratégia de Saúde da Família - ESF's com Equipe de Saúde Bucal (ESB), Unidade do Distrito de Cocais (24 hs).



2.23. E, ainda, na data de 11/11/2023, foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviços nº 11-002/2023, originado Processo n.º 78/2023 e Dispensa n.º 7/2023, com a ICISMEP, mantendo-se o mesmo objeto avençado.

### **Centro de Especialidades Médicas – CEM**

2.24. Na data de 18/01/2021, foi celebrado com a ICISMEP o Contrato de Prestação de Serviços nº 08-006/2021 tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos no Centro de Especialidades de Barão de Cocais – CEM.

2.25. Depois, na data de 03/01/2022, foi celebrado com a ICISMEP o Contrato de Prestação de Serviços nº 01-006/2022, mantendo-se inalterado seu objeto.

2.26. E, posteriormente, na data de 01/11/2023, foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviços nº 10-017/2023 com a ICISMEP, originado do Processo n.º 96/2023 e Dispensa n.º 10/2023, mantendo-se inalterado seu objeto.

### **Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I)**

2.27. Na data de 14/03/2023, foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviços nº 03-003/2023 com a ICISMEP, tendo como objeto o gerenciamento, a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos no Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I).

### **Justificativa para contratação dos serviços de auditoria**

2.28. Através dos serviços contratados de auditoria externa independente no objeto acima especificado, será possível alcançar os seguintes objetivos, dentre outros:

2.28.1. Busca pela eficiência na gestão pública.

2.28.2. Ausência de pessoal especializado para realização dos serviços com nível de detalhamento que se fazem necessários.

2.28.3. Necessidade de garantir a gestão pública em conformidade com os padrões fixados pelo ordenamento jurídico, com ênfase no paradigma das melhores práticas de Governança Pública.

2.28.4. A realização de um processo licitatório para auditoria independente garante transparência e integridade em todas as etapas do processo. A presença de um auditor independente ajuda a garantir que todas as partes interessadas sejam tratadas de maneira justa e imparcial, promovendo a confiança e integridade do processo.

2.28.5. A auditoria independente não se confunde com os serviços próprios de controle e fiscalização, no caso indelegáveis, próprios da Administração Pública e dos órgãos de controle interno e externo sejam tratadas de maneira justa e imparcial, promovendo a confiança e integridade do processo.

2.28.6. A auditoria independente assegura que o processo esteja em conformidade com todas as regulamentações, leis e normas aplicáveis. Isso ajuda a mitigar o risco de irregularidades ou comportamento antiético.

2.28.7. A Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe técnica suficiente para dar suporte e validação de todos os aspectos contratuais, dos indicadores e dos valores aportados nos contratos de gestão. Mesmo tendo os fiscais, gestores e Comissão de Acompanhamento de Contratos (CAC), torna-se imprescindível que o município tenha a segurança jurídica e institucional verificada por auditoria externa independente.

### **Previsão da Contratação**

2.29. Para o exercício de 2024, o Município de Barão de Cocais/MG não elaborou o Plano de Contratações Anual, porém o objeto em questão encontra-se previsto nos seguintes instrumentos: Lei Municipal nº 2.109/2023 (Lei Orçamentária Anual), Lei Municipal nº 2.071/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei Municipal nº 1.986/2021 (Plano Plurianual).

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. Trata-se de contratação de empresa especializada para auditoria independente contábil para verificação das prestações de contas hospitalares, ambulatoriais de atenção básica e atenção especializada, incluindo análise financeira dos contratos citados no item 2 deste Termo de Referência, sendo essencial para assegurar a conformidade, eficiência e melhoria contínua dos serviços, proporcionando mais transparência para administração.

3.2. A metodologia adotada para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria integrada prevê 04 (quatro) etapas para sua realização completa:

- 3.2.1. Levantamento de dados;
- 3.2.2. Planejamento do trabalho e elaboração do programa de auditoria;
- 3.2.3. Verificação in loco dos documentos e congêneres;
- 3.2.4. Elaboração de Relatórios.

3.3. A Contratada deverá realizar os serviços em conformidade com as especificações e quantidades deste Termo de Referência.



3.4. A seleção do fornecedor será realizada a partir dos Critérios especificados no item 9 - Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor, deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Para fins de assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a Planilha Detalhada de Composição de Custos.**

##### **Sustentabilidade**

4.2. Conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar não foram encontrados critérios de sustentabilidade incidentes sobre objeto a ser licitado, não há previsão no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, nem nas normas aplicáveis ao objeto licitado. O objeto final contratado será basicamente relatórios, elaborado a partir dos documentos e procedimentos internos e externos das entidades auditadas, não havendo impactos ambientais a serem mitigados.

##### **Subcontratação**

4.3. Será permitida a subcontratação do objeto contratual, limitado a 25% (vinte e cinco por cento), exigindo-se do subcontratado as mesmas condições de capacidade técnica do licitante, demonstrado através de atestado de capacidade técnica expedido por entidades públicas ou privadas, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

##### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar:

4.4.1. No tocante à garantia prevista no § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração Pública goza de prerrogativa para sua avaliação em face do caso concreto.

4.4.2. Destarte, no caso concreto, após análise dos requisitos e da natureza dos serviços a serem contratados, não haverá necessidade de exigência dessa garantia no Edital, dentre outros, pelos seguintes motivos:

4.4.2.1. A presente contratação de serviço de auditoria independente contábil apresenta um risco financeiro direto relativamente baixo, pois



não envolve a entrega de bens materiais ou a execução de obras complexas.

4.4.2.2. A escolha de uma empresa de auditoria renomada e com comprovada experiência na área de serviços de saúde terceirizados mitiga significativamente o risco de falha na prestação do serviço. A competência técnica e a reputação da empresa, mensurados pelos critérios objetivos definidos no Termo de Referência, serão fatores principais na seleção, garantindo a qualidade e confiabilidade do serviço.

## **5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente:

5.1.1. Quando de responsabilidade da Contratante, disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução do objeto;

5.1.2. Fornecer à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;

5.1.3. Enviar a Autorização de fornecimento à **CONTRATADA**;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

5.1.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na entrega do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo mínimo necessário;

5.1.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.8. Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente à execução, na forma e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





5.2. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente:

5.2.1. Entregar o objeto conforme fixado neste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

5.2.2. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.2.3. Realizar os serviços em perfeitas condições, conforme especificação, prazo e local estipulados, constantes neste Termo de Referência;

5.2.4. Responsabilizar-se tecnicamente pelos objetos constantes deste Termo de Referência;

5.2.5. Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;

5.2.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto deste Termo de Referência;

5.2.7. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;

5.2.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto ao objeto;

5.2.9. Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

5.2.10. Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;

5.2.11. Executar a prestação com integral observância das disposições contidas no contrato;

5.2.12. Zelar para que seu pessoal mantenha a disciplina nos locais da prestação, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas pelo Município de Barão de Cocais, que poderá exigir, a qualquer tempo, o imediato afastamento e a substituição de qualquer empregado da empresa a ser contratada que apresente conduta inconveniente ou insatisfatória;



- 5.2.13. Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre o contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- 5.2.14. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;
- 5.2.15. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- 5.2.16. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- 5.2.17. Manter sigilo em relação a todos os documentos auditados;
- 5.2.18. A Contratada será responsável pelo transporte do (s) funcionários de seu estabelecimento até o local determinado pela Contratante, bem como, todas as despesas de alimentação, hospedagem, sem ônus para a Contratante;
- 5.2.19. A Contratada deverá executar os serviços conforme normas e procedimentos usuais de Contabilidade Pública, Administração Pública e Direito Público;
- 5.2.20. A Contratada deverá emitir relatórios sobre os documentos e procedimentos internos e externos auditados;
- 5.2.21. Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Execução

#### 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. **Prazo de entrega/execução:** Os relatórios de auditoria deverão ser entregues em conformidade com os prazos estabelecidos no item 6.3.4 deste Termo de Referência. O prazo para finalização e entrega do relatório final será de 3 (três) meses, contados da assinatura do contrato, haja vista o encerramento do exercício fiscal na data de 31/12/2024 e a assunção de nova administração municipal em 2025 em decorrência das eleições 2024, devendo ser iniciado pela parte remanescente do Relatório Técnico de Auditoria Independente do Contrato n.º 06-001/2017, formalizado entre o Município de Barão de Cocais e o Instituto Social Mais Saúde,

em seguida o Contrato nº 11-006/2023 formalizado com a Associação de Proteção e Amparo à Saúde e por fim, os Contratos formalizados com o ICISMEP nesta ordem UBS, CEM e CAPS.

## 6.2. Descrição detalhada dos serviços:

6.2.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de auditoria independente junto aos contratos formalizados pelo Município de Barão de Cocais e as empresas Instituto Social Mais Saúde – ISMS (período remanescente), Associação de Amparo à Saúde – APAS e Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP e, conforme determinado na ordem abaixo:

6.2.1.1. Contratos n.º 06-001/2017 e n.º 06-002/2017 – formalizado com o Instituto Social Mais Saúde - Período de 01/06/2022 a 28/11/2023, tendo como objeto a contratação de Organização da Sociedade Civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para *gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde, incluindo equipamentos, insumos e outros no Hospital Municipal Waldemar das Dores (HMWD) e na Unidade de Pronto Atendimento Luiz Alberto Pinto Coelho (UPA 24 horas).*

**NOTA:** O Contrato de Gestão n.º 06-001/2017 já foi objeto de auditoria no período compreendido de junho/2017 a maio/2022.117

6.2.1.2. Contrato de Prestação de Serviços n.º 11-006/2023, formalizado com a Associação de Proteção e Amparo a Saúde (APAS), tendo como objeto a *contratação de Organização Social Civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde, incluindo equipamentos, insumos e outros no Hospital Municipal Waldemar das Dores (HMWD) e na Unidade de Pronto Atendimento Luiz Alberto Pinto Coelho (UPA 24 horas).*

**NOTA:** Deverá ser auditado todo o período da prestação de serviços.

6.2.1.3. Contrato de Prestação de Serviços n.º 05-017/2021 – Contrato de Prestação de Serviços n.º 01-005/2022 e Contrato de Prestação de Serviços n.º 11-002/2023, formalizado com o ICISMEP, relativo às Unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESB), tendo como objeto a prestação de serviços de *Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos nas 10 (dez) Unidades de Estratégia de Saúde da Família - ESF com Equipe de Saúde Bucal (ESB), e Unidade do Distrito de Cocais (24hs) no município de Barão de Cocais.*

**NOTA:** Deverá ser auditado todo o período da prestação de serviços.

6.2.1.4. Contrato nº 08-006/2021 – Contrato de Prestação de Serviços nº 01-006/2022 – Contrato de Prestação de Serviços nº 10-017/2023 – formalizado com o ICISMEP, relativo ao Centro de Especialidades Médicas (CEM) tendo como objeto a prestação de serviços de *Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos no Centro de Especialidades Médicas - CEM no município de Barão de Cocais/MG.*

**NOTA:** Deverá ser auditado todo o período da prestação de serviços.

6.2.1.5. Contrato de Prestação de Serviços n.º 03-003/2023, formalizado com o ICISMEP, relativo ao Centro de Atenção Psicossocial I CAPS, tendo como objeto a prestação de serviços de *Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos no Centro de Atenção Psicossocial I CAPS no município de Barão de Cocais/MG.*

**NOTA:** Deverá ser auditado todo o período da prestação de serviços.

6.2.2. A contratação de empresa com experiência em auditoria externa contábil, na sua forma independente, para a realização dos trabalhos junto àqueles contratos descritos, compreendendo, dentre outras, as seguintes atividades:

6.2.2.1. Avaliação dos processos, em especial de seus aditivos e apostilamentos;

6.2.2.2. Avaliação do pagamento das parcelas variáveis em face do cumprimento ou não de cada um dos indicadores de qualidade pactuados nos respectivos contratos;

6.2.2.3. Avaliação técnica-contábil das prestações de contas mensais realizadas pelas contratadas, em face do pactuado naqueles respectivos contratos;

6.2.2.4. Avaliação da movimentação de valores em contas específicas e pagamentos indevidos;

6.2.2.5. Avaliação dos principais contratos de terceiros (PJ) por elas celebrados para execução da atividade operacional dos serviços e sua previsão, no que couber, no respectivo plano de trabalho apresentado no processo da seleção/contratação;



6.2.2.6. Emissão de relatório de auditoria, havendo elementos técnicos para tanto;

6.2.2.7. Carta de recomendações.

6.2.3. A CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos pelo Contrato de Gestão nº 06-001/2017 (período de análise a partir de 31/05/2022) e Contrato de Gestão nº 06-002/2023 e aditivos, formalizado entre o Município de Barão de Cocais e o Instituto Social Mais Saúde, qualificado como Organização Social da Saúde (OSS). Na sequência pelo contrato firmado com a APAS e em seguida nos contratos firmados com o ICISMEP, nesta ordem, UBS, CEM e CAPS.

6.2.4. Daí que a presente contratação não guarda pertinência com a modalidade parcelada, por representar essa espécie potencial prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, de natureza intelectual, em contratos de prestação de serviços formalizados pelo Município/Secretaria Municipal de Saúde e aquelas empresas supracitadas. Ademais, as unidades de saúde integram um sistema ÚNICO de saúde, sendo algumas delas, como no caso do Hospital Municipal Waldemar das Dores e a UPA 24 horas de gestão compartilhada, integrantes de um único Complexo Hospitalar.

6.2.5. Os trabalhos de auditoria independente deverão ser conduzidos em conformidade com as legislações vigentes, de acordo com os princípios da Administração Pública e com as normas da Contabilidade Pública.

6.2.6. Os trabalhos serão executados por profissionais de comprovada capacidade técnica, nas dependências da contratada/hospital e contratante (quando necessário), com base em documentos e informações fornecidos pela Contratante.

6.2.7. Sugere-se consulta ao Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), edição 2020, que tem como escopo definir requisitos e oferecer orientações para realização de auditorias e controle de qualidade.

6.2.8. A Contratante deverá disponibilizar de ofício toda a documentação necessária à realização do objeto ajustado, dentre outros os seguintes:

6.2.8.1. Processo licitatório;

6.2.8.2. Contratos e aditivos;

6.2.8.3. Documentos técnicos, operacionais, financeiros, contábeis, orçamentários e fiscais;

6.2.8.4. Relatórios de Prestação de Contas;

6.2.8.5. Entre outros documentos solicitados pela Contratada;

6.2.8.6. Relatório Técnico de Auditoria, elaborado pela empresa Lage e Lage Auditores e Consultores Associados – EPP.



6.2.9. O Relatório final da Auditoria, que deverá seguir a metodologia adotada pelo TCU, deverá ser conclusivo, com recomendações que possam instruir (orientação) o Município na adoção de providências em cada um dos casos.

6.2.10. A Contratante fornecerá salas adequadas com máquinas e equipamentos para o bom desenvolvimento dos serviços.

6.2.11. A Secretaria Municipal de Controle Interno e a Secretaria Municipal de Saúde acompanharão toda a execução do Contrato.

### **6.3. Do Cronograma Físico-Financeiro**

6.3.1. A entrega de todos os documentos relacionados aos serviços contratados, como os laudos/relatórios finais de auditoria, deverá ser feita na Secretaria Municipal de Saúde e disponibilizada em 01 (uma) via original encadernada, acompanhada de mais 02 (duas) cópias encadernadas e 01 (uma) cópia em meio magnético.

6.3.2. O acompanhamento de toda a execução do serviço, até o seu final, consoante o prazo contratual, será realizado de acordo com o determinado pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.3.3. A CONTRATADA deverá entregar 05 (cinco) relatórios finais de auditoria, de acordo com o seguinte cronograma:

6.3.3.1. **Primeiro Relatório de Auditoria** referente aos Contratos n.º 06-001/2017 e n.º 06-002/2023, formalizados entre o Município de Barão de Cocais e o Instituto Social Mais Saúde - ISMS, cujo objeto é *gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde, incluindo equipamentos, insumos e outros no Hospital Municipal Waldemar das Dores e na Unidade de Pronto Atendimento Luiz Alberto Pinto Coelho (UPA 24 horas).*

6.3.3.2. **Segundo Relatório de Auditoria** referente ao Contrato n.º 11-006/2023, formalizado entre o Município de Barão de Cocais e a APAS - Associação de Proteção e Amparo a Saúde, cujo objeto é *contratação de Organização Social Civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde, incluindo equipamentos, insumos e outros no Hospital Municipal Waldemar das Dores (HMWD) e na Unidade de Pronto Atendimento Luiz Alberto Pinto Coelho (UPA 24 horas).*

6.3.3.3. **Terceiro Relatório de Auditoria** referente aos Contratos n.º 05-017/2021, Contrato n.º 01-005/2022 e Contrato n.º 11-002/2023, formalizado entre o Município de Barão de Cocais e a



Instituição de Cooperação do Médio Paraopeba - ICISMEP, cujo objeto é *gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos nas 10 (dez) Unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF's*.

6.3.3.4. **Quarto Relatório de Auditoria** referente aos Contrato n.º 08-006/2021, Contrato n.º 01-006/2022 e Contrato n.º 10-017/2023, formalizado entre o Município de Barão de Cocais e a Instituição de Cooperação do Médio Paraopeba – ICISMEP, cujo objeto é *gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos no Centro de Especialidades de Barão de Cocais – CEM*.

6.3.3.5. **Quinto Relatório de Auditoria** referente ao Contrato n.º 03-003/2023, formalizado entre o Município de Barão de Cocais e a Instituição de Cooperação do Médio Paraopeba – ICISMEP, cujo objeto é o *gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos no Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I)*.

6.3.4. O serviço, objeto da presente licitação, deverá ser apresentado da seguinte forma:

Produto do item	Descrição	Qtd	Prazo de entrega	% valor contrato
Item 6.3.3.1.	1º Relatório Final de Auditoria	01	Até 30 dias contados da assinatura do contrato	30% valor global
Item 6.3.3.2.	2º Relatório Final de Auditoria	01	Até 60 dias contados da assinatura do contrato	20% valor global
Item 6.3.3.3.	3º Relatório Final de Auditoria	01	Até 90 dias contados da assinatura do contrato	50% valor global
Item 6.3.3.4.	4º Relatório Final de Auditoria	01	Até 90 dias contados da assinatura do contrato	
Item 6.3.3.5.	5º Relatório Final de Auditoria	01	Até 90 dias contados da assinatura do contrato	
Total de 05 Relatórios Finais			100% do valor global	





6.4. **Local e horário da prestação dos serviços:** Em caso de verificação dos documentos físicos e visitas *in loco* o horário será das 09:00 às 15:00. A Prefeitura disponibilizará todos os documentos de forma digital.

UNIDADE	ENDEREÇO
PSF Monsenhor Gerardo Magela Pereira	R: Leonel Marques, nº 225, Bairro Lagoa
PSF Raimundo Elias Machado	R: Desembargador Moreira dos Santos, nº 1006, Bairro São Benedito
PSF Capim Cheiroso	R: Feliciano Luiz Lopes, nº 78, Bairro Capim Cheiroso
PSF Dr. Hêlvio Moreira Santos	R: Conceição Caldeira, s/n, Bairro Progresso
PSF Raquel Raimunda Duarte	R: Luís Augusto Dias, nº 780, Distrito de Cocais
PSF Aimee Cançado Couto	R: Presidente Tancredo Neves, nº 1326, Bairro São Miguel
PSF Vereador José da Anunciação	R: José Amélio da Silva, nº 130, Bairro Serra Vila
PSF Francisco Xavier de Assis	R: Doutor Antônio Soeiro, nº 225, Bairro Vila Regina
PSF Geroliva Dias Duarte	R: Joao Samuel de Carvalho, nº 231, Bairro Garcia
PSF Dr Lineu de Oliveira Lara	R: Doutor Antônio Soeiro, nº 225, Bairro Vila Regina
Hospital Municipal Waldemar das Dores	R: Padre Cruz, nº 242, Bairro Viúva
UPA Luiz Alberto Pinto Coelho	R: Metaluzina, nº 97, Bairro Viúva
Secretaria Municipal de Saúde	R: Doutor Antonio Soeiro, nº 215, Bairro Vila Regina
Prefeitura Municipal de Barão de Cocais	Avenida Getúlio Vargas, nº 10, Bairro Centro

6.5. **Especificação da garantia do serviço:** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Preposto**

7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **Fiscalização**

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

7.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.12. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

7.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



- 7.14. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.
- 7.15. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
- 7.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 7.17. O fiscal do contrato participará da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;
- 7.18. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- 7.19. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- 7.20. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 7.21. O fiscal do contrato examinará a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicará ao gestor do contrato para providências cabíveis;
- 7.22. O fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 7.23. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.
- 7.24. A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo Contratante.
- 7.25. A existência de fiscalização por parte da contratante, de nenhum modo diminui, exclui ou altera a responsabilidade da contratada, na prestação dos serviços a serem executados.



## Gestor do Contrato

- 7.26. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização;
- 7.27. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 7.28. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 7.29. O gestor do contrato coordenará a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e verificar a necessidade de adequações ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 7.30. O gestor do contrato requererá junto à Coordenadoria de Contratos e Atas, em tempo hábil, a renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 7.31. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à Coordenadoria de Contratos e Atas para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- 7.32. O gestor do contrato elaborará o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 7.33. O gestor do contrato coordenará a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais;
- 7.34. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- 7.35. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Gestor:** Joseane Batista Almeida Santos - Secretária Municipal de Saúde

**Fiscal:** Edvânia Rosaria Silva - Secretaria Municipal de Saúde

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO



8.1. A Contratada, deverá apresentar os relatórios finais de auditoria externa, conforme cronograma físico-financeiro constante no subitem 6.3.4 deste Termo de Referência.

## **Do recebimento**

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais.

8.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.5.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.5.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.5.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



8.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

8.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Forma de Pagamento**

8.11. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos relatórios finais de auditoria externa, conforme cronograma físico-financeiro, contados a partir do



recebimento da nota fiscal, que deverá ser apresentada com indicação da ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.12. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.13. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o fornecimento do objeto.

8.14. Nas Notas Fiscais deverão constar os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a sua efetiva apresentação.

8.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, bem como a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverá ser providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, a critério da Administração, a CONTRATADA regularize sua situação. Não havendo regularização, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.16. Os valores referentes às obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplências de responsabilidade da CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CONTRATANTE.

8.17. O pagamento das Notas Fiscais não significa sua aprovação definitiva pela CONTRATANTE. Assim, todo pagamento que posteriormente vier a ser considerado contratualmente indevido será descontado de pagamentos posteriores devidos à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

8.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.19. A CONTRATADA não poderá pleitear qualquer adicional nos preços por faltas ou omissões que porventura venham a serem verificadas em sua proposta.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato ou outros documentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.





8.21. Nos casos de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de correção monetária.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**.

9.1.1. **Justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar:** A presente contratação não guarda pertinência com a modalidade parcelada, por representar essa espécie, potencial prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, de natureza intelectual, em contratos de prestação de serviços formalizados pelo Município/Secretaria Municipal de Saúde e aquelas empresas supracitadas. Ademais, as unidades de saúde integram um sistema **ÚNICO** de saúde, sendo algumas delas, como no caso do Hospital Municipal Waldemar das Dores e a UPA 24 horas de gestão compartilhada, integrantes de um único Complexo Hospitalar.

### **Requisitos de Pré-habilitação**

#### **Garantia da Proposta**

9.2. A Contratada deverá apresentar garantia nas mesmas modalidades e critérios previstos no “caput” e § 4º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da Contratação, observado o disposto no § 1º do artigo 96 do mesmo diploma.

9.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

9.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

#### **Regime de execução**

9.5. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.



---

## **Exigências de habilitação**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos de **habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista**, conforme disposto no instrumento convocatório.

9.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, deverá apresentar (a) o CCMEI (Certificado de Condição de Microempreendedor Individual) e (b) o balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do(s) último(s) exercício(s).

9.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

9.9. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.10.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.10.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.10.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.10.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.10.5. A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

9.10.5.1. A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

9.10.5.2. Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

9.10.5.2.1. O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.

9.10.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor a ser contratado.

9.10.6.1. O patrimônio líquido, indicador financeiro usualmente utilizado para avaliar a capacidade das empresas de executarem e manterem as obrigações contratuais, reflete a saúde financeira global da empresa, uma vez que representa a diferença entre os ativos e passivos. A verificação de um patrimônio líquido saudável pode indicar a capacidade da empresa de suportar riscos e imprevistos durante a execução do contrato, bem como da sua estabilidade financeira. Assim, o estabelecimento da comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, percentual máximo legal previsto na lei, visa garantir que as empresas interessadas na presente contratação tenham uma base financeira sólida para cumprir as obrigações contratuais sem atropelos. Estabelecer esse limite é uma maneira de mitigar riscos e garantir a qualidade na execução dos serviços contratados.

9.10.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

9.11. Registro no Conselho Regional de Contabilidade e possuir Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade com habilitação em Qualificação Técnica Geral (QTG);

9.12. Comprovante de registro perante o Conselho Regional de Contabilidade, da empresa licitante e dos responsáveis técnicos com poderes para emitir e assinar pareceres de auditoria em nome da sociedade;

9.13. Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por Entidades públicas ou privadas, para as quais tenha a Licitante executado serviços de auditoria contábil.



9.13.1. Os atestados deverão referir-se ao objeto da licitação, contendo nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail), local e data de emissão.

9.13.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.13.3. O licitante disponibilizará, caso solicitado pelo Pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, entre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**Justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar:** Justificam-se as exigências técnicas acima, que não são excessivas e guardam estreita pertinência com o objeto da contratação, tendo em vista o interesse público visado, relativo à contratação de auditoria externa, com independência, para a realização dos trabalhos naqueles contratos supracitados, com amplitude e qualidade esperados, de forma a contribuir para o processo decisório da Administração Pública, inclusive, se for o caso, de tomada de contas das empresas responsáveis.

## DA EQUIPE

9.14. A equipe deverá ser composta de no mínimo:

9.14.1. 01 (um) Profissional Sênior formado em Ciências Contábeis com experiência comprovada em auditoria; que além de registro junto ao Conselho Federal de Contabilidade, possua qualificação técnica emitida através do Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI de acordo com as normas editadas pela CVM.

9.14.1.1. A comprovação da experiência em auditoria do profissional se dará através de apresentação de atestado de prestação desses serviços, para pessoa jurídica pública ou privada, com prazo (atestado) não superior a 03 (três) anos.

9.14.2. 01 (um) Profissional Júnior formado em Ciências Contábeis.

9.14.3. Sem prejuízo da exigência do item 9.14.1 e 9.14.2, a CONTRATADA deverá possuir, ainda, integrado à sua equipe de trabalho, no mínimo, um dos seguintes profissionais:

9.14.3.1. Contador com especialização em Auditoria ou Contador mestre em Contabilidade;



9.14.3.2. Administrador, especialista em gestão hospitalar. Apresentar Diploma de Graduação e registro no Conselho Regional de Administração, bem como Diploma de Especialista em Gestão Hospitalar;

9.14.3.3. Médico, especialista em gestão de saúde. Apresentar Diploma de Graduação e registro no Conselho Regional de Administração bem como Diploma de Especialista em Gestão Hospitalar;

9.14.3.4. Administrador, especialista em gestão pública. Apresentar Diploma de Graduação e registro no Conselho Regional de Administração, bem como Diploma de Especialista em Gestão Pública;

9.14.3.5. Advogado, especialista em Direito Público. Apresentar Diploma de Graduação e registro na Ordem dos Advogados do Brasil, bem como o Diploma de Especialista em Direito Público.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.**

10.1.1. No Estudo Técnico Preliminar foi identificada a necessidade do orçamento estimado sigiloso (publicidade do orçamento após a fase de lances, no julgamento da proposta), sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, em conformidade com as justificativas a seguir:

10.1.1.1. Busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória. Daí o dever de informar aos licitantes que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após a fase de lances, quando da classificação provisória da melhor proposta, tornando público apenas as informações necessárias para a elaboração das propostas.

10.2. Os preços contratados, de ofício ou mediante solicitação da Contratada, poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FICHA</b>	<b>FONTE DE RECURSO</b>	<b>ORIGEM DO RECURSO</b>
02.08.01.10.122.1003.2074.3.3.90.35.00	1500 102, 1600, 1621, 1710, 2621	Recurso Próprio

Elaborado por: Ana Cristina da Motta, Coordenadoria de Termo de Referência

Aprovado por:

---

Joseane Batista Almeida Santos  
Secretária Municipal de Saúde